

PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DO ALENTEJO CENTRAL

Objetivo: “um espaço sub-regional ecologicamente sustentável, socialmente equilibrado, com centralidade afirmada no contexto regional, fundamentada numa posição geoestratégica relevante, quer no sistema urbano nacional, quer no espaço de conexões entre a Área Metropolitana de Lisboa e a Extremadura espanhola, e com uma economia crescentemente baseada no conhecimento, na cultura e no ambiente.”



mundo rural
centro interpretativo

CINCO EIXOS ESSENCIAIS COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO:



EIXO A

Promoção do empreendedorismo e do emprego



EIXO B

Capacitação e modernização da administração pública local



EIXO C

Qualificação e valorização do território e utilização sustentável de recursos



EIXO D

Coesão social



EIXO E

Proteção ambiental

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alentejo Central (PDCT-AC)

O que é o PDCT?

A CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, à semelhança das outras 21 CIM e das duas Áreas Metropolitanas, iniciou em 2013, de acordo com as orientações em vigor, o processo de preparação dos investimentos municipais e intermunicipais a efetuar com o apoio do Portugal 2020.

Elaborou-se um diagnóstico das necessidades de investimento e uma Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial com ampla participação institucional, desenhou-se um modelo de governação complexo e abrangente, um sistema de informação e monitorização e preparou-se o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), que foi assinado em Julho 2015.

O PDCT tem como referencial a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), que consubstancia o quadro global de referência estratégica para as intervenções públicas e privadas, a desenvolver no período 2014-2020.

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial é um “contrato” com as autoridades de gestão dos programas operacionais **ALENTEJO 2020, Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR)** e da **Inclusão Social e Emprego (POISE)**. Tem como objetivo promover a implementação de parte da Estratégia (EIDT) através de Investimentos Territoriais Integrados, mobilizando entidades municipais e um conjunto de outros copromotores para a operacionalização de ações concertadas no quadro das prioridades de investimento identificadas.

As ações previstas no PDCT apontam sobretudo para a reorganização da oferta dos serviços públicos e coletivos, a promoção da inclusão social, a valorização e fruição do património cultural e natural, a educação e formação e a promoção do emprego, sempre numa lógica de mobilização de atores, copromotores subscritores do Pacto.

O investimento total previsto no PDCT é de 42,5 M€, com uma comparticipação comunitária de 36 M€ dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, assim distribuída: 24,6 M€ FEDER; 0,3 M€ Fundo de Coesão; 11,1 M€ Fundo Social Europeu.

Eixos de intervenção do Pacto e resultados a atingir:



EIXO A | PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E DO EMPREGO

- Criação de projetos empresariais de pequena dimensão geradores de emprego sustentável e mobilizadores de capacidade empreendedora nas áreas emergentes da economia cultural e criativa, da economia social, da economia verde mas também nas áreas tradicionais da valorização dos produtos endógenos;
- Constituição de uma rede sub-regional de infraestruturas de incubação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, apoiada numa abordagem integrada de dinamização e promoção.



EIXO B | CAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL

- Reforço do volume de serviços públicos integrados totalmente *online*, com recurso a identificação eletrónica e com recurso a tecnologia multicanal, numa lógica integrada e interoperável;
- Desenvolvimento da integração de redes de serviços partilhados de base territorial com suporte digital com restante Administração Pública;
- Qualificação das condições do exercício do planeamento e gestão territorial por parte dos municípios nomeadamente ao nível dos sistemas de informação geográfica, gestão operacional do habitat, gestão energética, gestão da rede de equipamentos de educação e de cultura.



EIXO C - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS

- Redução significativa dos consumos e incremento da racionalização da utilização de energia elétrica ao nível da administração pública local;
- Reforço da imagem de destino turístico de excelência através do incremento da qualidade da infraestrutura e logística sub-regional de acolhimento turístico e de apoio à visitação por diferentes públicos.



EIXO D - COESÃO SOCIAL

- Redução significativa da taxa de abandono escolar;
- Apoio a um número significativo de parcerias para o desenvolvimento de iniciativas locais de promoção da inclusão pela cultura;
- Consolidação da rede de equipamentos sociais existente, com integração e diversificação das respostas prestadas, num serviço assente na qualidade, na inovação social e na qualificação dos espaços;
- Requalificação de infraestruturas educativas do ensino básico e pré-escolar.



EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL

- Reforçar o dispositivo de planeamento de âmbito sub-regional para adaptação às alterações climáticas;
- Reforçar o dispositivo operacional de gestão de operações de emergência;
- Reforçar padrões de comportamento visando a redução da produção de resíduos.

Entidades integradas no Pacto

O envolvimento de parceiros na implementação das operações que integram o plano de ação do Pacto é uma forma muito poderosa de consolidar a concertação e o compromisso como modelos de trabalho privilegiados.

Embora o âmbito temático do Pacto seja relativamente limitado e o modelo seja essencialmente de matriz pública local - ou seja, do âmbito de intervenção das autarquias - são diversos os casos de envolvimento e corresponsabilização explícita de entidades parceiras pela implementação de alguns dos mais relevantes projetos previstos, nomeadamente nos que respeitam a um âmbito intermunicipal. Cerca de quatro dezenas de entidades integram o Pacto.

Prioridades de Investimento

O Acordo de Parceria para o Portugal 2020 estabeleceu uma lista das chamadas Prioridades de Investimento, definindo aquelas cuja implementação só poderia ser feita através dos Pactos.

Com base nessa lista de prioridades, para o Pacto contratado foi opção do Alentejo Central concentrar a sua ação nas seguintes Prioridades:

(milhares de Euros)

PCDT - PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	FEEI
Modernização Administrativa	1 396
Apoio à eficiência energética e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas da Administração Local	7 450
Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas	300
Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	4 794
Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas	2 125
Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade empresarial	1 732
Inclusão ativa (igualdade de oportunidades; participação ativa e melhoria da empregabilidade)	2 743
Melhoria do acesso a serviços sustentáveis (serviços sociais de interesse geral)	2 125
Investimentos em infraestruturas sociais	5 255
Redução e prevenção do abandono escolar precoce	4 182
Investimentos na educação, na formação e na formação profissional	3 972

FEEI por Programa Operacional	Fundo Coesão	FEDER	FSE
ALENTEJO 2020		24 601 503 €	7 009 128 €
POSEUR Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	321 250 €		
POISE Programa Operacional Inclusão Social e Emprego			4 166 700 €
TOTAL contratado no PDCT	321 250 €	24 601 503 €	11 175 828 €
		36 098 581 €	

Acordo de Parceria para o Portugal 2020 é o documento que define a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se estabelecem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

Projetos de iniciativa intermunicipal previstos no PDCT:

- Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa - 1 396 439€ FEDER
- Eficiência energética na iluminação pública e edifícios públicos - 5 300 000€ FEDER
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas - 170 000€ FC
- SIG de apoio à gestão de operações de socorro - 130 000€ FC
- Grande Rota do Montado – Travessia do Alentejo Central - 1 275 000€ FEDER
- Sistema de Fruição do Património natural e cultural do Alentejo Central- 2 244 000€ FEDER
- Centros Interpretativos e de Acolhimento Turístico (Évora, Alentejo Central e Alentejo) - 1 275 000€ FEDER
- Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME - 2 125 000€ FSE e 993 430€ FEDER
- Plano Distrital para a promoção da igualdade dos cidadãos com deficiência e do fomento da sua empregabilidade - 300 000€ FSE
- Posto Móvel de Acesso à Internet - cliques para a inclusão - 317 128€ FSE
- Programa de inclusão pela cultura - 1 700 000€ FSE
- Projecto comum para bolsa de voluntariado - 297 500€ FSE
- Activ-IDADE - 2 125 000€ FSE
- Combate ao abandono escolar com a ciência - 170 000€ FSE
- Programa Intermunicipal de combate ao abandono escolar - 1 615 000€ FSE

ACTUAL PONTO DE SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PACTO

ONDE ESTAMOS? O QUE ESTÁ A AVANÇAR? O QUE NÃO AVANÇOU AINDA E PORQUÊ?

O processo de preparação dos investimentos municipais e intermunicipais a realizar com o apoio do Portugal 2020 tem já um longo percurso, desde 2013. A assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial em Julho de 2015, far-nos-ia acreditar que passados cerca de 18 meses estivesse já em curso um significativo número de operações, o que não acontece. O plano de ação contratado, a desenvolver no período 2014-2020, está muito atrasado.

. Os Avisos de Concurso - que estabelecem os requisitos e condições de acesso para a apresentação de candidaturas relativas às operações previstas no Pacto - têm demorado e os calendários anunciados estão longe de ser respeitados.

. Para investimentos em equipamentos sociais, a Comissão Europeia exigiu “mapeamento prévio” das necessidades de investimento e esse mapeamento está ainda em elaboração.

. Na área da eficiência energética, os atrasos na transposição de uma diretiva comunitária impediram durante muito tempo a disponibilização dos apoios aos investimentos. O “Instrumento Financeiro” para a mesma área, continua sem estar operacional.

. No apoio à criação e consolidação de Micro e PME (criação de emprego), depois de um trabalho de preparação do primeiro aviso de concurso, ao longo de meses, entre as CIM e a AG (Autoridade de Gestão) do Alentejo 2020, o Governo resolveu “suspender tudo para ponderação”. Há mais de seis meses que se aguarda.

. A promoção da igualdade entre os cidadãos, coesão social e inclusão, são as áreas do PO ISE sobre as quais não existe qualquer resposta até esta data.

. Quanto à redução do abandono escolar (agora promoção do sucesso escolar), depois da aprovação pelo Governo de uma “estratégia nacional” da qual informou as CIM no passado dia 27 de Abril, continuamos a aguardar o Aviso de Concurso.

Em conclusão: apenas nas áreas da modernização administrativa, da beneficiação dos equipamentos escolares e do património natural e cultural foram, até agora, desbloqueados os apoios financeiros.

Na área da reabilitação urbana, os “grandes” municípios elaboraram os PEDU - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano e os municípios mais “pequenos” os PARU - Planos de Ação de Regeneração Urbana. As CIM definiram Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável. Alguns municípios incluíram, naqueles planos, investimentos privados a financiar pelo Instrumento Financeiro de Reabilitação Urbana - ninguém parece saber quando estará tal instrumento operacional nem em que condições irá financiar os investimentos. Convém lembrar que esta é a área que mais impacto pode ter nas economias locais e no emprego.

Quase três anos após o início formal do Portugal 2020, os atrasos são enormes. Os resultados pelos quais o Portugal 2020, os Programas Operacionais, os Pactos, e os seus responsáveis serão avaliados no final de 2018 não deixarão de ser penalizadores.

Uma nota final para assinalar que as opções do anterior Governo e da Comissão Europeia de não apoiar a melhoria das acessibilidades e de condicionar fortemente os apoios às infraestruturas de abastecimento de água e saneamento ainda não foram objeto de qualquer alteração pelo atual Governo e são um enorme obstáculo à resolução dos problemas que muitos municípios, em particular do interior do País, enfrentam.

EXPERIÊNCIA DA CIMAC NA GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS:

A contratualização no âmbito do INALENTEJO 2007-2013

Em resultado da elaboração do Programa Territorial de Desenvolvimento do Alentejo Central, em Dezembro de 2008 a AMDE/CIMAC assinou com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional INALENTEJO um contrato de delegação de competências com Subvenção Global, numa lógica de resposta e implementação da estratégia sub-regional definida.

No âmbito da Subvenção Global do INALENTEJO foram realizadas 62 operações, municipais e intermunicipais, representando um investimento total de 51.098.016,26€ e o cofinanciamento FEDER total de 38.946.068,71€.

Em termos de enquadramento nas áreas contratualizadas, a maior parte das operações centrou-se na mobilidade territorial (22 projetos), na requalificação rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico (11 projetos) e em equipamentos para a coesão local (6 projetos) com claras melhorias ao nível das acessibilidades intra e intermunicipais, ao nível da qualificação

da rede escolar (1º ciclo e pré escolar) e no aumento do grau de cobertura das respostas sociais, sobretudo no que diz respeito a intervenções em meios predominantemente rurais.

De assinalar igualmente o esforço realizado na melhoria das condições de acolhimento empresarial, com criação de zonas/ loteamentos industriais ou centros de acolhimento empresarial (4 projetos), bem como em diversas ações de valorização ambiental (5 projetos), com qualificação de percursos e ecopistas ou com a elaboração de planos de ação para a sustentabilidade (em todos os municípios da CIMAC). Melhorias significativas foram igualmente concretizadas em termos de modernização administrativa, com implementação de projetos de desmaterialização e simplificação de processos, de articulação entre serviços na prestação de respostas céleres, integradas e de proximidade aos municípios e entidades locais.



Rua 24 de Julho, nº1, 7000-673, Évora | T. 266 749 420 | F. 266 749 425
geral@cimac.pt | www.cimac.pt